

POLÍTICA ECONÔMICA

Ministério da Fazenda avisa ao FMI que inflação está controlada. Por isso, chegou a hora de relaxar as medidas de austeridade

Arrocho chega ao fim ¹⁴

ANDREA CORDEIRO

DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, enviou carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI), comunicando avanços no controle da inflação, com índices convergindo às metas do governo, o que permite relaxar a política monetária. “Como obteve-se controle efetivo da inflação, a política monetária já pode ser amenizada. Os juros podem continuar caindo, como já vem acontecendo”, afirmou ontem. “O país superou dificuldades e tem tudo para conseguir um período de estabilidade e crescimento”, acrescentou.

Palocci também comunicou ao FMI que o governo vai acelerar a privatização dos bancos federalizados. O aviso seguiu na carta de intenções assinada por ele e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles — enviada dia 20 de agosto para o diretor-gerente do Fundo, Horst Köhler. A carta seguiu antes da quarta revisão do acordo, aprovada semana passada, e que autorizou o governo brasileiro a sacar mais US\$ 4,1 bilhões do total de US\$ 31 bilhões acordados com o FMI.

Na carta, Palocci explicou que o processo de venda dos quatro bancos, Besc (Santa Catarina), BEM (Maranhão), BEP (Piauí) e BEC (Ceará), avançará significativamente até o fim do ano. “Apesar de sua importância, a venda dos bancos avançou mais lentamente do que o previsto, em função de questões legais”, justificou. “Contudo, temos expectativa de um avanço significativo deste tema até o final do ano, com a conclusão de nova rodada de avaliações para a determinação do preço mínimo de venda”, avisou.

De acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy,

Roosevelt Pinheiro/ABr



JOAQUIM LEVY: “A PRIVATIZAÇÃO É BOA PARA O GOVERNO FEDERAL, QUE JÁ COLOCOU MUITO DINHEIRO EM BANCOS ESTATAIS”

em dezembro, pelo menos um dos bancos deve ser privatizado. Neste mês, haverá nova avaliação de preço. “A privatização é boa para o governo federal, que já colocou muito dinheiro nesses bancos, é boa para o quadro fiscal, para os estados, porque abate a dívida deles. E para os bancos também. A própria indefinição política o leva a uma dinâmica menos vigorosa”, explicou, ontem, durante entrevista coletiva que detalhou a carta. “Tenho conversado com governadores que têm demonstrado interesse”, completou.

Reestruturação

Em 2000, o governo editou medida provisória criando o Programa de Reestruturação dos Bancos (Proes), que deu início ao processo de federalização das instituições estaduais. Na operação, a União desembolsou R\$ 3,5 bilhões para sanear as contas des-

ses quatro bancos. Em todo o Proes, foram R\$ 20 bilhões. O acordo com o FMI, assinado em setembro do ano passado, incluiu a privatização como um dos itens. Mas o andamento das reformas da Previdência e, principalmente, da tributária, atrasaram a privatização. O governo estava de olho primeiro no apoio dos governos estaduais para a aprovação na Câmara.

Outros pontos importantes citados na carta foram o avanço na agenda de votação das reformas e a orientação da política monetária que vai visar as metas de inflação de 2004 e 2005, fixadas em 5,5% e 4,5%, apesar da possibilidade de serem 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos.

No final da entrevista, Levy afirmou que, com FMI ou sem FMI, a política econômica do governo brasileiro segue as principais idéias de dois acadêmicos de

destaque no mundo, ganhadores do Nobel de Economia. Os norte-americanos Joseph Stiglitz e James Tobin. Levy afirmou que de Stiglitz, o governo usa a teoria de que quanto maior informação sobre tomador, menor a taxa de juros. Por isso, o governo está criando o cadastro positivo de bons pagadores, para enviar a todos os bancos. Com Tobin, o objetivo é fortalecer o mercado de capitais para reduzir o custo de captação das empresas.

A afirmação do secretário do Tesouro assustou os economistas Ricardo Carneiro, da Unicamp, e Carlos Alberto Ramos, da UnB. “Isso é uma piada? É realmente necessário um esforço de originalidade para encaixar Stiglitz na atual política econômica. Stiglitz defende o papel decisivo do setor público no crescimento econômico. Não vejo afinidade com o governo”, explica Carneiro.